

Discurso GAPRI

16 de novembro de 2016.

Prezados amigos,

É com imensa alegria que nos reunimos hoje. O objetivo deste encontro é bastante singelo. Porém, em consideração ao Egrégio Conselho Superior da Magistratura, bem como aos Ilustres Conselheiros do GAPRI, Excelentíssimos Desembargadores Gilberto Pinto dos Santos, Lígia Cristina de Araújo Bisogni, Teodózio de Souza Lopes, Samuel Francisco Mourão Neto, Luis Fernando Nishi e pelo Juiz Substituto em Segundo Grau Gilson Delgado Miranda, demais autoridades e funcionários, não poderia deixar passar em branco tamanha alegria, referente à sua modificação para agregar, sem prejuízo das demais atividades, importantíssima função de auxiliar os gabinetes dos Desembargadores no que chamo de macrolides, tais como as execuções individuais de ações civis públicas e outros casos complexos.

O GAPRI foi criado pela Presidência da Seção de Direito Privado em 08.07.2010. O propósito inicial foi de principalmente prestar auxílio aos Excelentíssimos Desembargadores e Juizes em pesquisas de jurisprudência, doutrina e legislação, além de organizar cursos, congressos, seminários e demais eventos que se relacionem à Seção.

Pois bem. Com o passar do tempo, este Tribunal e, em específico, esta Seção tem enfrentado sério problema quanto às execuções individuais de ações civis públicas. Por força da prevenção, o Desembargador que primeiro recebe recurso referente a uma destas execuções torna-se prevento para todos os outros milhares de recursos, referentes aos demais habilitantes. Essas ações civis públicas, muitas vezes, versam sobre direitos individuais homogêneos, tais como os casos de poupadores.

Exemplo disso foi o caso da 17ª Câmara de Direito Privado, que conta com milhares de recursos relativos à execução individual de ação civil pública. Os Desembargadores desta Câmara logo me alertaram sobre o excessivo volume de uma das cadeiras, que, sozinha, já contava com quase 30 mil processos. Imediatamente, convidei o Des. João Batista Amorim Vilhena, à época Juiz Substituto em Segundo Grau, para ocupá-la. Ele aceitou o desafio. E o Presidente Des. Paulo Dimas – a quem agradeço o constante apoio – e eu nos comprometemos a fornecer uma estrutura humana de apoio, ainda que mínima. Cumprimos nossa palavra. E esse esforço de todos nós deu resultados muito positivos.

Porém, o problema com outras ações coletivas passou a crescer. Assim, em reunião recente que tivemos no auditório da Sarzedas, o Des. Gilberto Pinto dos Santos forneceu valiosíssima sugestão, no sentido de que essa estrutura de apoio fosse institucionalizada.

Após amplo apoio de nossos Conselheiros, que têm prestado inestimável colaboração, participando ativamente desde o início no aperfeiçoamento de nossa Seção, resolvemos ampliar as atribuições do GAPRI. Sabemos da escassez de recursos humanos e do excesso de trabalho. Mas foi a solução encontrada, pois este setor tem se destacado muito no auxílio aos

Desembargadores. Seus funcionários são experientes no manejo de precedentes e jurisprudência. Daí porque os Conselheiros do GAPRI e eu decidimos agregar mais esta importantíssima função: apoio a gabinetes de Desembargadores que recebam tais ações civis públicas e outros casos complexos, as chamadas macrolides.

Estamos longe do ideal, mas buscamos fazer o melhor possível. Dentro de nossas limitações, tenho certeza que o GAPRI, coordenado pela Sra. Geane Gimenez, e seus valorosos funcionários, desempenhará papel importantíssimo no apoio e na gestão de gabinetes de Desembargadores que receberam e receberão tais lides. Por ora, temos os Desembargadores João Batista Vilhena, Enio Zuliani e Flavio Cunha da Silva nesta situação. A todos eles procuramos dar o máximo apoio para que consigam travar e vencer essa verdadeira batalha para garantir ao cidadão uma justiça rápida e eficaz. Este é o nosso objetivo.

Ressalto, por fim, que essa nossa celebração foi uma gentil sugestão do nosso querido Corregedor, Des. Manoel Pereira Calças. No dia que apresentei as mudanças que pretendíamos implantar, ele imediatamente endossou nossas ideias de melhorar nosso Tribunal e abraçou essa bandeira. Finalmente, gostaria de agradecer a presença de todos os senhores e dizer que este foi o primeiro passo, mas não será o último. Estou certo que caminharemos juntos para um futuro melhor a todos nós, nosso Egrégio Tribunal, o Judiciário e, ao fim, o cidadão.